



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI		
Covid-19		
Reunião: 32ª	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 19ª
Finalidade: apurar a atuação e a utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - no enfrentamento da pandemia de covid-19 no Município, especificamente quanto à ausência de informações precisas e transparentes sobre a destinação dos recursos originados dos governos federal e estadual para ações de prevenção e combate à pandemia, a fim de fiscalizar a regularidade das contratações e dos gastos realizados durante o período de calamidade pública		
Requerimento nº: 144/21		
Autoria: vereadores Nikolas Ferreira, Braulio Lara e Ciro Pereira, vereadoras Fernanda Pereira Altoé e Flávia Borja, vereador José Ferreira, vereadoras Marcela Trópia e Marilda Portela, vereador Professor Juliano Lopes, vereadora Professora Marli e vereadores Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Rubão, Wesley e Wilsinho da Tabu		
Data: 5/11/21		
Horário de início: 9h22min		Horário de encerramento: 11h50min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Professor Juliano Lopes e com a presença da vereadora Flávia Borja e dos vereadores Irlan Melo, Jorge Santos, José Ferreira e Bruno Miranda, os três últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

OITIVA
Finalidade: intimar o secretário municipal de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira, para prestar informações, pessoalmente, de forma virtual ou presencial, para elucidar os questionamentos referentes aos gastos da PBH durante a pandemia de covid-19
Requerimento de Comissão nº: 1.562/21
Autoria: vereador Professor Juliano Lopes



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Registre-se a presença remota do secretário municipal de Fazenda, João Antônio Fleury Teixeira.

O presidente agradeceu a disponibilidade do secretário para retornar à CPI.

O vereador Irlan Melo perguntou se o repasse solicitado pelo ex-presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTrans, Célio Bouzada, em 25/3/20 está lastreado em algum documento autorizativo.

João Antônio Fleury respondeu que todos os repasses para compra antecipada de vale-transporte foram feitos com base em parecer favorável da Procuradoria-Geral do Município - PGM. Informou que houve diversas reuniões com a participação da PGM, mas só participou de uma delas. Disse que toda a documentação dos processos, inclusive os pareceres da PGM, serão encaminhados à CPI.

O vereador Irlan Melo pediu que fosse encaminhada ao seu *e-mail*. Perguntou se os repasses feitos em 27/3, 2/4, 14/4 e 22/4/20 receberam um único parecer da PGM.

João Antônio Fleury informou que esses repasses receberam três pareceres, sendo dois em um mesmo parecer.

O vereador Irlan Melo perguntou se, em algum momento, as concessionárias de transporte solicitaram revisão contratual.

João Antônio Fleury disse não ter conhecimento, pois não participou de todas as reuniões. Informou que, segundo a BHTrans, entre os dias 18 e 19/3/20, quando a cidade começou a ser fechada, o número de passageiros reduziu cerca de 50%.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Irlan Melo disse que, em 8/7, o Ministério Público de Minas Gerais - MPMG - abriu uma investigação preliminar e a ata da audiência conta que a PBH pretendia antecipar a compra de vales-transportes por meio de aditivo contratual para garantir regras sanitárias mínimas. Apontou que, como a PBH já estava fazendo repasses, o texto deveria expressar que pretendia continuar antecipando.

João Antônio Fleury respondeu que o MPMG tinha pleno conhecimento das ações da PBH desde o início.

O vereador Irlan Melo afirmou que, pela redação da ata, parece que, a partir daquela data, a antecipação começaria. Disse que participaram dessa audiência João Antônio Fleury, Célio Bouzada e Daniel Marx Couto. Perguntou se o aditivo contratual já existia em 8/7/20 ou foi firmado após essa data.

João Antônio Fleury respondeu que já existia e precisava ser prorrogado, por isso foi levado ao MPMG. Disse que aditivos foram feitos em várias datas.

Registre-se a presença remota da vereadora Fernanda Pereira Altoé, que não integra esta comissão.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou sobre os aditivos.

João Antônio Fleury informou que os três aditivos são de 17/3, 29/5 e 27/7/20.

O vereador Irlan Melo reiterou que, pela documentação, fica a impressão de que o MPMG tomou conhecimento das antecipações e dos aditivos naquele momento, sendo que já haviam sido feitas 13 antecipações.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

João Antônio Fleury informou que a PBH decidiu utilizar contratos vigentes e com saldo para fazer antecipações. Registrou que a BHTrans apresentou relatórios semanais com dados para embasar os pedidos de repasse antecipado.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que, até o Termo de Ajuste de Conduta - TAC - já haviam sido repassados R\$47 milhões. Afirmou que o TAC foi feito pelo MPMG para que as empresas de ônibus cumprissem medidas sanitárias, não para socorrê-las financeiramente. Disse que, entre março e abril de 2020, não existia saldo e instrumento vigente.

João Antônio Fleury afirmou que o contrato vigente tinha saldo. Acrescentou que o terceiro aditivo foi firmado, pois os valores estavam se esgotando.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé observou que o contrato possuía saldo de R\$3 milhões e os repasses ultrapassaram esse valor.

João Antônio Fleury disse que essa informação está equivocada.

A vereadora Flávia Borja utilizou eslaides em sua fala. Afirmou que, entre 27/3 e 27/4/20, quando foi firmado o terceiro aditivo, não havia instrumento jurídico que embasasse o repasse.

João Antônio Fleury informou que, desde o primeiro repasse, houve autorização formal da PGM, com base em documentos enviados pela BHTrans.

O vereador Irlan Melo afirmou que a redação do aditivo está incorreta, pois entre 27/3 e 27/4/20, já haviam sido repassados valores.

João Antônio Fleury relatou que os valores repassados foram por meio de saldo disponível no contrato vigente, que depois foi prorrogado para a continuidade da antecipação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Irlan Melo solicitou que os documentos que comprovem essas questões sejam encaminhados à CPI nesta data.

João Antônio Fleury afirmou que isso será feito. Informou que, antes da pandemia, a PBH gastava cerca de R\$3 milhões com vales-transportes de seus servidores por mês.

O vereador Irlan Melo perguntou se o secretário afirma que havia saldo, considerando o valor mensal aproximado multiplicado pela quantidade de meses do contrato.

João Antônio Fleury respondeu que sim.

A vereadora Flávia Borja informou que, segundo documento feito na gestão de Diogo Prosdocimi na BHTrans, a empresa não tinha competência para solicitar valores. Acrescentou que Célio Bouzada disse à CPI que não há cálculos que embasem o valor pedido para os empresários de ônibus. Perguntou por que a Secretaria Municipal de Fazenda liberou recursos com base em pedido de órgão que disse não ter competência para tal solicitação.

João Antônio Fleury respondeu que Célio Bouzada, representantes da PGM e das empresas de ônibus participaram de reunião e foi acordado que a BHTrans enviaria documentação e planilhas à Secretaria Municipal da Fazenda e à PGM com estudos para liberação dos valores.

A vereadora Flávia Borja perguntou como os valores foram calculados, já que não havia embasamento.

João Antônio Fleury informou que o modelo de documento foi criado pela BHTrans, demonstrando o número menor de passageiros e a necessidade de mais ônibus em circulação devido ao decreto de medidas sanitárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A vereadora Flávia Borja afirmou que o documento não fazia menção a medidas sanitárias, somente à queda do número de passageiros.

O vereador Irlan Melo disse que o ofício da BHTrans de 25/3/20 não apresenta base de cálculo para valores. Perguntou como esse valor foi determinado.

João Antônio Fleury informou que a nota técnica possui planilha anexa que determina a quantidade necessária de ônibus a mais para cumprir decreto de medidas sanitárias. Informou que isso foi encaminhado pela BHTrans semanalmente. Disse achar estranho que eles digam não saber, pois foram os criadores do modelo.

A vereadora Flávia Borja perguntou por que o valor de R\$5 milhões, que seria pago em duas parcelas, foi pago integralmente.

João Antônio Fleury informou que a BHTrans enviou documentos mostrando o número de passageiros, as viagens feitas e o número de ônibus a mais nos períodos.

A vereadora Flávia Borja perguntou por que os R\$5 milhões sem embasamento foram pagos sem questionamento.

O presidente perguntou por que o valor total dos repasses informado pelo Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte - Transfácil - e pela BHTrans difere do oficial.

João Antônio Fleury informou que o total foi R\$221.142.857,14 e enviará todas as informações oficiais de datas e valores.

O presidente perguntou sobre o gasto mensal da PBH com vales-transportes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

João Antônio Fleury afirmou que, em 2019, o gasto anual foi em torno de R\$27 milhões.

O presidente perguntou qual o valor devolvido pelas empresas de ônibus até o momento.

João Antônio Fleury divulgou que a devolução foi de aproximadamente R\$7 milhões.

O presidente perguntou como a PBH irá reaver todo o valor devido até 2028.

João Antônio Fleury disse que o valor liberado dentro do contrato foi na ordem de R\$104 milhões e, por meio do acordo com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, foi em torno R\$117 milhões. Registrou que os R\$104 milhões terão devolução mensal e, para os R\$117 milhões, a PBH já enviou projeto de lei à Câmara.

O presidente afirmou que esse projeto confirma que a PBH reconhece que não conseguirá a devolução do dinheiro em vale-transporte dos servidores municipais e, portanto, teve que criar o auxílio transporte social, que disse ser uma pedalada fiscal do prefeito Alexandre Kalil. Observou que nenhum segmento recebeu R\$ 221 milhões com a possibilidade de pagamento sem juros.

O vereador Jorge Santos perguntou qual o critério utilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda para verificar se as informações enviadas pela BHTrans eram corretas.

João Antônio Fleury declarou que, no dia 19/3/20, Belo Horizonte foi parcialmente fechada e foi emitido um decreto dispondo que os ônibus poderiam transportar somente 10 passageiros em pé, em ônibus comuns, ou 20, nos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

articulados. Acrescentou que, a partir desse cenário, foram realizadas reuniões sobre a possibilidade de colapso do sistema de transporte e a solução encontrada foi a compra antecipada de passagens, com base em relatórios enviados pela BHTrans. Disse que todos os documentos receberam parecer da PGM.

Registre-se a presença remota da vereadora Marcela Trópia, que não integra esta comissão.

O vereador Irlan Melo perguntou sobre a vigência do contrato da Transfácil.

João Antônio Fleury disse que foi prorrogado até 28/7/22.

O vereador Irlan Melo questionou essa data, pois tem conhecimento de que seria até 2023.

João Antônio Fleury afirmou que foi prorrogado até 28/7/22, totalizando 60 meses

O vereador Irlan Melo disse que o terceiro aditivo prorrogou o contrato por 36 meses.

João Antônio Fleury respondeu que irá verificar essa questão e dar um retorno à comissão.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé anunciou que o valor que constava no terceiro aditivo contratual era o montante para 36 meses de contrato, mas, quando esse aditivo foi firmado, só faltavam 27 meses de contrato. Perguntou sobre as dotações previstas nas Leis Orçamentárias Anuais - LOAs - de 2020 e 2021.

João Antônio Fleury respondeu que remanejamentos no orçamento são feitos mediante decretos. Disse que poderá encaminhar essas informações. Informou que, através de suplementação orçamentária, também foram feitos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

repasse para compras de leitos para o enfrentamento da covid-19 e de cestas básicas.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou por que foi mantido o tipo de dotação orçamentária.

João Antônio Fleury informou que verificará essa questão com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG, a responsável pelas dotações.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé observou que o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, André Reis, disse que Antônio Fleury saberia explicar essa questão. Perguntou como a PBH pretende custear a política pública de vales-transportes.

João Antônio Fleury registrou que enviará informações sobre as dotações orçamentárias. Explanou que o projeto de lei enviado à Câmara trata dos valores acordados com o TJMG sobre o vale social.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé informou que, em 19/5/20, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - SetraBH - fez um pedido de subsídio que foi indeferido, e, em dezembro do referido ano, fez o mesmo pedido de compra antecipada de passagens. Perguntou por que o acordo foi aceito, sendo que o pedido era o mesmo.

João Antônio Fleury respondeu que o modelo escolhido pela PBH não foi de subsídio.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que o acordo estava fora do escopo da ação judicial, não fala como será feita a devolução nem versa sobre juros, correção monetária e garantia. Indagou como é possível que não seja



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

requisitada garantia de empresas de ônibus que dizem não poder honrar com a dívida.

João Antônio Fleury informou que as empresas faturam cerca de R\$4 milhões por dia em períodos normais.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé afirmou que, portanto, não fazer sentido que, em menos de uma semana de pandemia, as empresas de ônibus peçam socorro financeiro.

João Antônio Fleury disse que, conforme acordo feito pelo MPMG, a PBH já começou a receber a restituição dos valores em maio de 2021.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que possui documento que mostra que a PBH continua fazendo repasses.

João Antônio Fleury negou. Disse que precisa verificar quando exatamente a compensação passou a ser de 100%.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se o TJMG estava de acordo com as empresas de ônibus transferirem dinheiro para a Transfácil que, por sua vez, transferiria às empresas de ônibus.

João Antônio Fleury pediu que essa questão seja verificada com a PGM.

O vereador Irlan Melo disse que as empresas podem ingressar com pedido de revisão do contrato se comprovarem que houve impacto no equilíbrio financeiro. Perguntou como se chegou ao cálculo de R\$5 milhões inicial.

João Antônio Fleury informou que a BHTrans elaborou modelo para que as empresas de ônibus continuassem operando e atendendo ao decreto sanitário, o que perdurou até que o acordo com o TJMG fosse criado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que a compra antecipada de vales-transportes não está no escopo do contrato da PBH com a Transfácil.

João Antônio Fleury informou que esses instrumentos foram feitos com base em parecer da PGM.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé informou que o contrato da Transfácil era de 2017 e é de praxe fazer a prorrogação a cada ano. Disse que a prorrogação de 29/5/20 por mais um ano, conforme quarto aditivo contratual, não teria dotação orçamentária na LOA de 2020 e perguntou se o quinto aditivo, de 7/8/20, fez previsões de gasto na LOA de 2022.

João Antônio Fleury respondeu que a prorrogação foi por questão de saldo contratual.

A vereadora Marcela Trópia perguntou se houve antecipação de receita orçamentária.

João Antônio Fleury negou. Disse que os recursos estavam disponíveis em caixa. Declarou que orçamento e financeiro são questões diferentes.

A vereadora Marcela Trópia perguntou se houve antecipação de orçamento no último ano de mandato de Alexandre Kalil.

João Antônio Fleury afirmou que houve remanejamento e suplementação do orçamento para os repasses.

A vereadora Marcela Trópia perguntou sobre o percentual de suplementação para remanejamento disposto na LOA.

João Antônio Fleury respondeu não saber, mas que os repasses foram feitos legalmente. Disse que suplementações também foram feitas para gastos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

com a covid-19 e compras de cestas básicas. Registrou que encaminhará os decretos.

O presidente registrou a presença remota da vereadora Professora Marli, que não integra a comissão.

A vereadora Marcela Trópia disse que, em 8/9/20, a PBH firmou acordo de empréstimo com a Caixa Econômica Federal - CEF - para obras na Vilarinho com juros, ao passo que empresas de ônibus receberam os adiantamentos sem juros. Perguntou se o secretário alertou o prefeito Alexandre Kalil sobre isso.

João Antônio Fleury negou. Disse que a PBH tomou decisões no início da pandemia que pareciam mais adequadas no momento.

A vereadora Marcela Trópia perguntou se a população da capital terá que quitar empréstimos à CEF por 11 anos, pagando juros, enquanto as empresas de ônibus não terão que fazer o mesmo.

João Antônio Fleury explicou que cada valor antecipado é relacionado ao quantitativo de vales-transportes, ou seja, se houver reajuste no preço, o valor devido será alterado.

A vereadora Marcela Trópia perguntou se haverá correção monetária.

João Antônio Fleury negou. Declarou que a decisão foi tomada em momento de caos.

A vereadora Marcela Trópia perguntou se as empresas que compõe o consórcio metropolitano são as mesmas do de Belo Horizonte.

João Antônio Fleury respondeu não saber.

A vereadora Flávia Borja perguntou onde as transações ficam registradas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

João Antônio Fleury respondeu que a PBH possui sistema orçamentário e financeiro, onde todos os valores são registrados para empenho e liquidação e depois são transferidos através de sistema financeiro.

A vereadora Flávia Borja informou que teve acesso a três planilhas divergentes. Pediu que os dados oficiais sejam enviados à comissão. Disse que o terceiro termo aditivo previa um valor, mas, quando foi assinado, faltavam apenas 27 meses para o final do contrato.

João Antônio Fleury disse que o objetivo desse aditivo foi aumentar o saldo contratual em 25% e fazer os repasses com bases nos documentos da BHTrans e nos pareceres da PGM. Com esse contrato, foram repassados R\$24 milhões e, por meio do acordo feito com o TJMG, mais R\$117 milhões foram repassados. Afirmou que o prazo e o saldo do contrato não foram ultrapassados, o que também é confirmado pela PGM.

A vereadora Flávia Borja perguntou como a PBH sabia que a Transfácil faria o repasse dos valores às empresas de ônibus, já que eles só são feitos na liquidação.

João Antônio Fleury informou que foram feitos acordos entre as partes.

A vereadora Flávia Borja perguntou se o secretário poderia enviar esses acordos, pois a Transfácil disse não possuir esses documentos.

João Antônio Fleury disse que tudo foi acordado por meio dos aditivos e os enviará. Observou que a compra antecipada pressupõe compensação futura. Afirmou não se tratar de empréstimo.

A vereadora Flávia Borja afirmou que é empréstimo, pois está sendo devolvido agora.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

João Antônio Fleury informou que a devolução é feita por meio de vales-transportes ou pelo projeto de vale social enviado à Câmara.

A vereadora Flávia Borja disse ter planilhas que mostram a devolução dos suplementares em dinheiro. Perguntou como é possível comprovar que o crédito repassado está chegando nos cartões dos servidores municipais, sendo que nem todos voltaram ao trabalho presencial.

João Antônio Fleury informou que a empresa que administra os cartões envia faturas mensais, atualmente no valor de cerca de R\$1,5 milhões, e é feita a baixa contábil e no quantitativo de vales-transportes.

A vereadora Flávia Borja reiterou pedido de informação feito ao secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, André Reis. Perguntou por que, em dezembro de 2020, as três parcelas de repasses ultrapassaram R\$18 milhões.

João Antônio Fleury informou que, entre o final do acordo com o MPMG e a demanda da empresa no TJMG, houve duas semanas de lacuna.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé apontou divergência, pois um valor já havia sido repassado pelo aditivo contratual.

João Antônio Fleury afirmou que verificará a questão.

A vereadora Flávia Borja registrou que, em maio de 2021, R\$4 milhões foram repassados a mais e, em vez de serem compensados, poderão ser devolvidos em oito parcelas. Perguntou como é possível explicar que as empresas de ônibus paguem empréstimo sem cobrança de juros.

João Antônio Fleury respondeu que não participou dessa negociação.

O vereador Irlan Melo perguntou se o secretário sabe por que Célio Bouzada saiu da BHTrans.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

João Antônio Fleury negou.

A vereadora Flávia Borja reiterou pergunta sobre a devolução em oito parcelas e se a BHTrans possui essa autonomia.

João Antônio Fleury afirmou que a BHTrans é uma empresa autônoma.

A vereadora Flávia Borja observou que, na hora do pagamento, o dinheiro é do Município, mas, quando o assunto é a devolução, a BHTrans e as empresas são as responsáveis.

João Antônio Fleury disse que tem 54 anos de experiência, mas é uma pessoa e pode cometer equívocos e corrigi-los.

A vereadora Flávia perguntou a que se refere último repasse de R\$1.142.857,14.

João Antônio Fleury disse que se refere a saldos devidos dos dias 29 e 30/6, que ficaram pendentes. Afirmou que eles foram abrangidos no acordo do TJMG.

O presidente perguntou por que, nos últimos dois anos, a PBH não pagou o 13º dos servidores municipais em julho.

João Antônio Fleury respondeu que isso se deve aos gastos da pandemia, mas o valor integral deste ano será pago em 26/11.

A vereador Marcela Trópia perguntou se João Antônio Fleury confirma que:

a) foi secretário adjunto de Estado de Transporte e Obras Públicas em 2007 e está sendo investigado pelo Ministério Público de Contas de Minas Gerais - MPCMG - sobre possível fraude no processo de licitação do transporte metropolitano que ele foi responsável por homologar; b) foi citado pelo MPMG sobre auditoria da Maciel Auditores.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

João Antônio Fleury informou que não foi noticiado da existência desses processos e eles não têm relação com o tema da oitiva.

A vereadora Marcela Trópia perguntou se a atuação profissional do depoente sob investigação não geraria conflito de interesses ao negociar com empresas de ônibus em nome da PBH. Registrou que há matéria, informando que o secretário foi ouvido em inquéritos.

João Antônio Fleury afirmou não poder se manifestar sobre algo que desconhece. Declarou que a matéria é inverídica.

O vereador Irlan Melo perguntou se, nos valores repassados para as empresas, há algum recurso do governo federal e estadual para enfrentamento da covid-19.

João Antônio Fleury negou, pois todos foram enviados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde - SMSA.

O presidente prorrogou a reunião por uma hora.

O vereador Irlan Melo pediu que o secretário conferisse com ele os valores dos repasses feitos para que fosse detectada divergência de R\$3 milhões.

João Antônio Fleury informou que, em 26/5, houve repasse nesse valor.

O vereador Irlan Melo disse não conseguir entender os cálculos feitos para os repasses. Solicitou que o secretário envie o máximo de documentos possível.

João Antônio Fleury afirmou que a documentação será enviada nesta data.

O presidente registrou a presença remota do vereador Wesley, que não integra a comissão.

O vereador Wesley comentou que o prefeito Alexandre Kalil chamou os parlamentares de boçais. Disse tentar compreender como o empréstimo foi feito



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

com a justificativa de cumprimento do decreto sanitário, sendo que, em visitas técnicas, encontrou ônibus lotados durante a pandemia. Citou comentários de que o transporte público não era vetor de transmissão de covid-19, mas as empregas domésticas. Disse lamentar que o prazo desta CPI esteja finalizando.

O presidente disse que o depoente é o menos culpado, pois as decisões foram tomadas pela BHTrans e a alta cúpula da PBH.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou por que foi firmado empréstimo com a CEF no mesmo período se havia dinheiro para compra antecipada de passagens.

João Antônio Fleury explanou que os recursos da PBH para investimentos em obras de grande porte são financiados em prazos muito longos para evitar altos impactos no fluxo de caixa. Acrescentou que, por isso, busca-se recurso no sistema financeiro. Declarou que valores foram antecipados durante um ano e meio, mas, antes, não se tinha noção de quanto a pandemia duraria.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou por que os valores foram mantidos até julho de 2021 se a cidade havia reaberto em abril deste ano, já que os valores não poderiam ser mantidos na mesma proporção em contextos distintos ao longo da pandemia.

João Antônio Fleury informou que, partir do acordo com TJMG, o modelo passou a ser outro.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que haviam anunciado que os repasses eram conforme a frota, não o número de passageiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

João Antônio Fleury afirmou que a PBH recebeu informações sobre o número de passageiros, viagens e ônibus à disposição. Disse que a BHTrans e o MPMG fizeram as fiscalizações.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou que estudo foi feito para entender que o projeto de lei enviado à Câmara é o que a cidade precisa para se reestruturar.

João Antônio Fleury relatou que um grupo de trabalho composto por várias secretarias municipais discutiu impactos da pandemia em pessoas e empresas, bem como medidas para mitigação dos danos e aceleração da economia.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se os estudos são sigilosos ou podem ser enviados à Câmara.

João Antônio Fleury registrou que houve várias reuniões. Citou medidas tomadas pela PBH em decorrência da pandemia.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé perguntou se foi feito um levantamento de quantas pessoas já voltaram a trabalhar presencialmente, pois não parece haver nexo lógico entre o público-alvo e a minimização do impacto da pandemia.

João Antônio Fleury informou que o auxílio será destinado a pessoas mais carentes, à margem da economia.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que as cestas básicas foram suspensas em razão do auxílio BH.

João Antônio Fleury explicou que o modelo de distribuição de cestas básicas foi alterado, pois, com a volta das aulas presenciais, os alunos passaram a ter refeições nas escolas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que foi informada de que a distribuição de cesta básica não seria continuada por falta de orçamento.

João Antônio Fleury afirmou que foram feitos vários estudos com secretarias municipais, que refletiram no projeto enviado à Câmara.

O vereador Irlan Melo perguntou se, antes da pandemia, o valor gasto com passagens para servidores municipais era de cerca de R\$3 milhões mensais.

João Antônio Fleury informou que o valor varia mês a mês.

O vereador Irlan Melo defendeu que a opção mais razoável era que a PBH antecipasse o valor médio mensal para que fosse mais fácil exigir retorno de 100% desse valor. Disse que se discute a legalidade dos repasses que totalizaram R\$221 milhões, mas afirmou não identificar responsabilidade do depoente. Declarou que há uma lacuna a ser preenchida pela falta de uma auditoria confiável a respeito do custo do sistema de transporte e o valor certo da passagem.

João Antônio Fleury apontou que a análise do vereador Irlan Melo é adequada, mas o modelo utilizado pela PBH não estava relacionado ao valor mensal de vale-transporte dos servidores municipais, mas à necessidade de mais ônibus circulando. Sobre a legalidade, informou que a Secretaria da Fazenda recebe pareceres da PGM.

O presidente agradeceu a presença do secretário. Disse que ele não tem culpa dos repasses, pois apenas cumpriu determinações.

João Antônio Fleury disse estar sempre à disposição para esclarecimentos.

ENCERRAMENTO



Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA	
Distribuição em avulso: ____/____/____	
Comunicação de aprovação: ____/____/____	
<hr/> <p style="text-align: center;">Presidenta/Presidente</p>	